

Eleições 2024:

6 recomendações essenciais para a primeira infância



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

Introdução

A primeira infância, fase que compreende os seis primeiros anos de vida, é um período de desenvolvimento intenso e rápido, no qual as crianças formam as bases essenciais para a saúde física, cognitiva e socioemocional necessárias para bem viver no presente e ao longo de toda a vida. Por isso, afeto, cuidado, estímulo e segurança são fundamentais para garantir uma infância saudável e feliz e permitir que cada criança, das múltiplas primeiras infâncias, alcance todo o seu potencial.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, estabelece que é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar uma série de direitos para as crianças e adolescentes, com absoluta prioridade. Bebês e crianças pequenas são parte desse grupo e, com a promulgação do Marco Legal da Primeira Infância, em 2016, é selado o reconhecimento legal de que o Estado brasileiro tem o dever de estabelecer políticas públicas para as especificidades dessa faixa etária, garantindo seu desenvolvimento integral. As crianças são sujeitos de direito, hoje.

De todos os 18,1 milhões de meninas e meninos de 0 a 6 anos no Brasil, mais da metade, 10 milhões, vivem em famílias de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo. As desigualdades étnico-raciais, de gênero, socioeconômicas e regionais afetam profundamente a vida das crianças pequenas e suas famílias, expondo-as a riscos e violações no presente e com impacto futuro. Portanto, é essencial que a primeira infância tenha destaque no debate político. Um presente e futuro melhor

para cada município e sua cidade começa pelo investimento em políticas públicas de qualidade para a primeira infância. A ciência já comprovou que esse é uma escolha efetiva!

Os municípios desempenham papel essencial. É neles que as políticas públicas chegam até as crianças e suas famílias, em áreas como saúde, educação, assistência e desenvolvimento social, cultura e segurança. É importante que essas ações também apoiem mães, pais e responsáveis, estimulando a parentalidade afetiva.

Pensando nisso, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal preparou 6 recomendações relacionadas à primeira infância para candidatas e candidatos às prefeituras nas eleições de 2024. Com base em dados e evidências, as recomendações que você encontrará nas próximas páginas mostram o que é necessário fazer para desenvolver e colocar em prática as políticas públicas que priorizem as crianças pequenas desde já.

Nossas recomendações dialogam com as diretrizes da Agenda 227, que reúne mais de cem organizações e lançou a campanha "Prioridade Absoluta nas Eleições 2024" para promover os direitos de crianças e adolescentes.

Também apoiamos a campanha "Criança é Prioridade", da Rede Nacional da Primeira Infância, que visa sensibilizar futuros prefeitos sobre a importância das políticas públicas para a primeira infância.

1

A primeira infância deve fazer parte de uma política permanente

2

Educação infantil: além de vagas, é preciso qualidade e equidade

3

Cuidar da saúde na primeira infância começa na gestação

4

Apoio à família fortalece o desenvolvimento infantil

5

Política antirracista combate desigualdades desde a infância

6

A segurança pública passa por cuidar das crianças

1

A primeira infância deve fazer parte de uma política permanente

Estratégias para o desenvolvimento infantil não podem ser temporárias e devem estar apoiadas em instrumentos que garantam a continuidade

O que significa?

A diferença entre uma política de Estado e uma política de governo está na garantia de continuidade. Enquanto a política de governo tende a ser temporária — e passa —, a política de Estado é estruturada para perdurar e beneficiar a população em longo prazo. É com este conceito que devemos pensar a primeira infância nos municípios.

Para garantir que as políticas públicas impactem positivamente o presente e o futuro, é essencial que elas tenham institucionalidade. Desenvolver ou aprimorar o Plano Municipal para a Primeira Infância é o primeiro passo. Esse plano deve incluir iniciativas intersetoriais. E assegurar a priorização das crianças no orçamento, com a alocação de recursos e a implementação de ferramentas de monitoramento.

Promover a intersectorialidade — ou seja, a coordenação de ações entre diferentes áreas para atender às necessidades das crianças e suas famílias — é fundamental. Por isso, é muito importante que o município tenha um comitê intersectorial dedicado à primeira infância.

Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)

É um instrumento que define o caminho e as metas que o município se compromete a alcançar para melhorar os indicadores da primeira infância. Entre os principais elementos, estão:

- ✓ Diagnóstico dos principais indicadores de primeira infância
- ✓ Lista de estratégias setoriais e intersetoriais para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos
- ✓ Metas para avaliar as políticas planejadas e em curso
- ✓ Vinculação ao orçamento municipal

A elaboração do plano deve envolver múltiplos atores, como:

- ✓ Crianças e famílias
- ✓ Poder Executivo
- ✓ Poder Legislativo
- ✓ Poder Judiciário
- ✓ Órgãos de controle
- ✓ Conselhos de direitos das crianças
- ✓ Sociedade civil

Saiba mais em Governança Colaborativa para a Primeira Infância e Primeira Infância no PPA

Saiba mais no Curso para a Elaboração do Plano Municipal de Primeira Infância, da Rede Nacional de Primeira Infância

Por que é importante?

A elaboração e implementação do plano municipal — contribui para garantia da prioridade absoluta dos direitos da criança, como manda o artigo 227 da Constituição Federal — é uma recomendação do Marco Legal da Primeira Infância. Partindo de um diagnóstico da situação da primeira infância localmente, ele é um caminho de alavanca para as políticas públicas municipais no curto, médio e longo prazos, independentemente da gestão.

Além dos benefícios para o desenvolvimento das crianças no presente, investir em políticas públicas para a primeira infância reduzirá, no futuro, gastos em diversas áreas, como saúde, educação e segurança.

Crianças que recebem atenção integral na primeira infância têm mais saúde física e mental ao longo da vida, melhores condições de aprendizagem e mais oportunidades profissionais. Além disso, têm menor propensão ao tabagismo, ao alcoolismo, à criminalidade e à violência, bem como menor risco de gravidez na adolescência.

Indicadores

1.416 municípios brasileiros já comprovaram a implementação do PMPI

Fonte: Dado referente à iniciativa Selo Unicef, 2024. O levantamento contempla 18 estados e 2.023 municípios brasileiros

Segundo o economista americano James Heckman, prêmio Nobel de Economia, cada dólar investido em programas de qualidade na primeira infância traz um retorno de 7 dólares ao ano

Fonte: heckmanequation.org



É preciso mais recursos

Em 2021, o investimento destinado à primeira infância no Brasil representou:

\$ 0,41%
do PIB;

\$ 0,92%
do Orçamento
Geral da União.

Fonte: Medição do Gasto Social Federal com a Primeira Infância em 2021, Unicef, 2021.

Como colocar em prática

- ✓ Criar comitê intersetorial para produzir, monitorar e pactuar o PMPI, disseminar boas práticas, dar visibilidade e atrair atores estratégicos para a causa
- ✓ Instituir o PMPI logo no início do mandato — ou criar planos de ação para o período, caso o município já tenha um plano. Além disso, é fundamental garantir recursos para as ações previstas e monitorar a implementação do PMPI
- ✓ Criar um programa intersetorial para primeira infância no Plano Plurianual (PPA), mapeando o orçamento previsto e executado para os quatro anos de mandato
- ✓ Fomentar no PMPI metas de combate ao racismo nas diferentes esferas públicas

Educação infantil: além de vagas, é preciso qualidade e equidade

Crianças fora da creche e da pré-escola estão mais expostas à fome, à pobreza, à violência e ao atraso escolar

O que significa?

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, fundamental para garantir o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Tudo começa na creche, que atende as crianças de 0 a 3 anos. Embora a matrícula não seja obrigatória, a creche é uma oportunidade valiosa e deve ser disponibilizada para todas as famílias que desejam uma vaga. Em seguida, vem a pré-escola, etapa obrigatória por lei e destinada a todas as crianças de 4 e 5 anos.

Por que é importante?

A educação infantil oferece possibilidades de interações sociais, experiências positivas por meio do brincar e cuidados para estimular o desenvolvimento integral da criança. Além disso, as unidades de educação infantil protegem as crianças em outras duas principais formas: são um espaço de identificação e trabalho integrado em relação à violência e atuam contra a insegurança alimentar, ao oferecerem até cinco refeições por dia.

Garantir a vaga é só o primeiro passo. A escola precisa ter qualidade, com instalações adequadas, materiais apropriados e profissionais capacitados. A relação é direta: uma escola sem qualidade compromete o desenvolvimento das crianças.

Uma criança que passou por uma educação infantil de qualidade tem até três vezes mais chances de aprender em toda a sua trajetória escolar, evitando a evasão e contribuindo para a conclusão dos estudos. A criança que aprende, desenvolve-se e está protegida e tem maior oportunidade de alcançar seu máximo potencial, quebrando ciclos de pobreza e rompendo com as desigualdades.

Uma educação infantil de qualidade é boa para criança e para toda a sociedade.



De olho nas desigualdades

Acesso à creche e à pré-escola no Brasil

Crianças de 0 a 3 anos

2,3 milhões estão fora da creche por problemas de acesso (faltam unidades e vagas, ou a matrícula foi rejeitada)

Entre as 20% mais pobres,



frequentam a creche

Entre as 20% mais ricos,



frequentam a creche*

Crianças de 4 a 5 anos

Apesar de obrigatória, **441 mil** estão hoje fora da pré-escola

Fonte: Pnad Educação 2023 *Levantamento: Todos Pela Educação

Relação entre creche e equidade de gênero

A oferta de creches também é fundamental para que as mulheres possam conciliar maternidade e trabalho, reduzindo desigualdades de gênero. Segundo estudo do governo federal:

Entre os homens com filhos na primeira infância,

9 em cada 10 estão empregados



Entre as mulheres, esse índice cai para

5 em cada 10



Fonte: PNAD/IBGE/2022. Caderno de estudos nº36/MDS.

Como colocar em prática

- ✓ Fazer levantamento e divulgação da demanda de vagas para creches, como manda a recém-aprovada lei nº14.851/2024
- ✓ Garantir acesso à creche para todas as famílias que demandarem vagas, com prioridade para crianças de famílias de baixa renda, monoparentais, cujo cuidador principal esteja em idade economicamente ativa (independentemente de estar ou não formalmente ocupado)
- ✓ Universalizar o acesso à pré-escola, garantindo ações de busca ativa
- ✓ Oferecer qualificação profissional ao quadro de educadores
- ✓ Avaliar a qualidade da oferta, como as condições de infraestrutura, práticas pedagógicas e aprendizagem das crianças
- ✓ Promover a educação inclusiva para crianças com deficiência ou neurodivergentes
- ✓ Garantir acesso às múltiplas infâncias (negras, indígenas, ribeirinhas, rurais, entre outras) e educação para as relações étnico-raciais

Cuidar da saúde na primeira infância começa na gestação

A atenção à saúde nos primeiros anos de vida é essencial para garantir uma vida plena e saudável, na infância e no futuro

O que significa?

Nos primeiros 1.000 dias de vida, ocorrem transformações fundamentais no cérebro de uma criança. É quando elas começam a andar, falar e interagir com o mundo ao seu redor. No entanto, sem um suporte de saúde adequado, esses importantes avanços podem estar em risco.

Por que é importante?

Priorizar as necessidades das crianças na primeira infância, logo nos seus primeiros anos de vida, tem impactos que podem durar a vida toda.

Por isso, é essencial melhorar o acesso e a qualidade dos serviços para gestantes, puérperas e crianças. Isso inclui consultas e exames **pré-natais**, apoio à **amamentação**, **vacinação** e o acompanhamento completo a partir da **caderneta da criança**. Cada um desses cuidados exerce uma influência significativa e contribui para o desenvolvimento saudável.

A adesão e a ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF) fortalecem a atenção básica no município, permitindo identificar problemas de saúde comuns e riscos à população, além de contribuir para a vigilância epidemiológica. Estudos comprovam que a ESF reduziu a mortalidade materna em 53,1% em oito anos.

Fonte: Impactos da Estratégia da Saúde da Família e desafios para o desenvolvimento infantil, Comitê Científico do Núcleo de Ciência Pela Infância, 2021



Clique aqui para saber mais



Indicadores

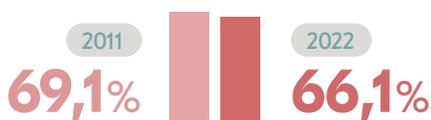
A redução das taxas de mortalidade infantil e a promoção de uma boa saúde para as crianças podem ser alcançadas com medidas já consolidadas, como o acompanhamento pela equipe de saúde desde a gestação.



Um estudo em 13 capitais mostrou que até **28%** das crianças menores de 5 anos não receberam esse atendimento

Fonte: Projeto PIPAS 2022 — Indicadores de desenvolvimento infantil integral nas capitais brasileiras, Ministério da Saúde e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023

A mortalidade infantil (até 1 ano) por causas evitáveis (ex.: diarreia, pneumonia e desnutrição) diminuiu pouco em uma década e merece atenção da gestão pública



Fonte: Ministério da Saúde - Datasus

De olho nas desigualdades



Mais da metade (56%) dos óbitos evitáveis foram de crianças negras

A taxa de mortalidade das crianças indígenas até os 4 anos é o dobro das demais (a cada 1.000 nascidos vivos)



Fonte: Ministério da Saúde - Datasus e Estudo nº 12: Desigualdades em saúde de crianças indígenas. Núcleo Ciência Pela Infância, Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, 2024

Como colocar em prática

- ✓ Fortalecer e ampliar a Estratégia Saúde da Família
- ✓ Implementar as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), em especial as ações de vigilância do desenvolvimento previstas na Caderneta da Criança, com atualização periódica de seu conteúdo
- ✓ Garantir atenção primária em saúde (consultas de pré-natal e puericultura) com abordagem ampliada que considere a família, a gestante e a criança em sua integralidade (além de peso e altura, dimensões emocionais e desenvolvimento)
- ✓ Alimentar os sistemas de informação da saúde de forma contínua
- ✓ Orientar as famílias sobre a importância do desenvolvimento infantil, da prevenção de violências e promoção da parentalidade afetiva
- ✓ Atuar de forma integrada com ofertas da proteção social e de educação
- ✓ Habilitar profissionais para o atendimento a crianças com deficiência ou neurodivergentes
- ✓ Criar programas específicos para acolher crianças, gestantes e cuidadores vítimas de violência racial, incluindo educação antirracista aos profissionais da saúde

Apoio à família fortalece o desenvolvimento infantil

Cuidadores que recebem suporte adequado constroem vínculos cheios de afeto com as crianças e estimulam o seu desenvolvimento

O que significa?

Ações simples, como olhar nos olhos, sorrir, abraçar, brincar, elogiar e conversar são essenciais para que pais e cuidadores criem vínculos sólidos com as crianças. Os estímulos e afetos oferecidos na primeira infância têm impacto positivo tanto no presente quanto no futuro.

Mas quem cuida também precisa ser cuidado e, por isso, **é imprescindível ajudar os cuidadores a reconhecer as necessidades das crianças para atendê-las de maneira adequada.**

Estratégias de apoio, como **visitas domiciliares** e **encontros em grupo**, são fundamentais para promover interações de qualidade e fortalecer os vínculos familiares, especialmente em famílias vulnerabilizadas. Essas iniciativas ajudam a criar ambientes seguros e estimulantes para as crianças, prevenindo violências e promovendo a parentalidade afetiva.

✓ *A visitação domiciliar é uma estratégia conduzida por profissionais, chamados **visitadores domiciliares**, que periodicamente apoiam as famílias para fortalecerem os vínculos com as crianças a partir de brincadeiras, conversas, contação de histórias, entre outras práticas.*

✓ *Já os encontros em grupo promovem ações pautadas pela troca coletiva e são ofertados em equipamentos públicos, como **Centros de Referência de Assistência Social (Cras)**, **Unidades Básicas de Saúde (UBS)** e escolas.*



Por que é importante?

Para um desenvolvimento saudável das crianças, não basta cuidar da alimentação, do sono e da higiene. As interações afetivas são essenciais. Também é muito importante combater a negligência, a violência dentro de casa e evitar práticas punitivas, como bater e gritar.

Programas que fortalecem os cuidadores para promover o desenvolvimento da criança trazem benefícios significativos para crianças, cuidadores e a sociedade, pois:

- ✓ Apoiam o desenvolvimento infantil
- ✓ Diminuem problemas de comportamento
- ✓ Evitam a punição física e psicológica das crianças
- ✓ Melhoram a saúde da mãe e da criança
- ✓ Abrandam o sentimento de isolamento dos pais e cuidadores
- ✓ Reduzem taxas de evasão escolar

Indicadores



dos cuidadores de crianças com menos de 6 anos relataram nunca ter recebido informações sobre desenvolvimento infantil por profissionais da saúde, educação ou assistência social



Para até 50% dos cuidadores, dar palmadas é necessário para educar as crianças

Fonte: Projeto PIPAS 2022 — Indicadores de desenvolvimento infantil integral nas capitais brasileiras, Ministério da Saúde e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023

No primeiro semestre de 2022, foram registradas **122.823** violações contra crianças e adolescentes. **84%** delas foram cometidas por familiares

Fonte: Prevenção de violências contra crianças, Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância, 2023

Como colocar em prática

- ✓ Garantir que a família e as crianças sejam assistidas em rede, por meio da articulação entre os serviços e equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (Suas) e da educação
- ✓ Reforçar a atenção aos grupos do Cadastro Único e realizar busca ativa por potenciais beneficiários de programas sociais, com atenção à integração de acesso aos programas de transferência de renda municipais, estadual ou federal
- ✓ Expandir e qualificar as estratégias de visitas domiciliares e encontros em grupo para as famílias com crianças de 0 a 6 anos
- ✓ Zelar pela qualidade da implementação das ofertas e/ou estratégias - uma referência é a adoção de parâmetros de qualidade desde o planejamento
- ✓ Fortalecer as equipes que atuam com a primeira infância, garantindo sua permanência, com foco na redução da rotatividade, bem como a garantia de formações continuadas
- ✓ Promover programas que atuem a partir dos saberes das famílias, respeitem e dialoguem com as especificidades das múltiplas infâncias, como o cuidado nas relações étnico-raciais e de inclusão

Política antirracista combate desigualdades desde a infância

É preciso garantir às crianças negras, quilombolas e indígenas o direito a uma infância saudável, segura e com igualdade de oportunidades

O que significa?

O racismo enraizado nas estruturas sociais brasileiras cria e amplia desigualdades desde o nascimento. As crianças sentem os efeitos da discriminação e da exclusão social desde muito cedo.

Por isso, valorizar a cultura e realizar a escuta ativa das populações negras, indígenas, quilombolas e periféricas são iniciativas essenciais para a criação e implementação de políticas públicas antirracistas que promovam a equidade racial em diferentes áreas, como saúde, educação e desenvolvimento social, protegendo as crianças contra formas de violência em razão de sua raça ou etnia.

Por que é importante?

Crianças negras, indígenas, quilombolas e periféricas são as mais prejudicadas pelas desigualdades no acesso aos direitos fundamentais e na qualidade dos serviços ofertados, como educação infantil, saúde materno-infantil e nutrição adequada.

Experiências de discriminação étnico-racial impactam negativamente o desenvolvimento das crianças sob diferentes aspectos, provocando uma série de efeitos, como:

- ✓ Rejeição da própria imagem
- ✓ Falta de segurança emocional
- ✓ Problemas de socialização
- ✓ Desenvolvimento de doenças crônicas
- ✓ Dificuldades de aprendizagem e de permanência escolar
- ✓ Sofrimentos psicossociais, como a depressão

Fonte: Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância, Núcleo Ciência Pela Infância, 2021

Os municípios desempenham um papel crucial para combater a invisibilidade e superar os obstáculos que essas populações enfrentam no acesso às políticas públicas, oferecendo atendimento adequado de acordo com a origem e o contexto de cada criança.

Indicadores

O acesso à educação infantil é menor entre as crianças negras

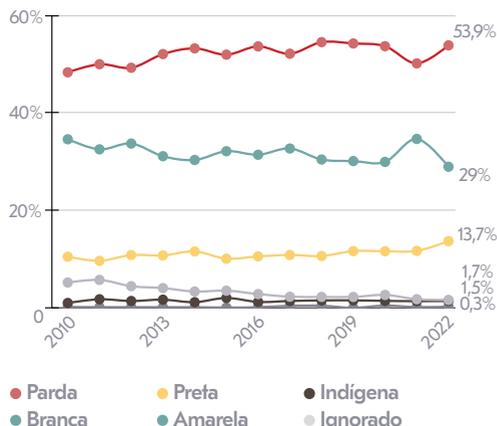
Matriculas em creche por cor/raça



Fonte: Pnad Contínua (2019); Afro Cebrap e Projeto Porticus (2022)

As mães negras sofrem mais os efeitos da falta de acesso à saúde

Mortes de mulheres durante ou logo após a gravidez, segundo cor/raça



Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM

Esta recomendação foi elaborada em parceria com o "Mosaico de Primeira Infância e Equidade Racial", uma coalizão de 11 instituições de referência que reúne frentes de pesquisa, conscientização e implementação de políticas públicas prioritárias para crianças e adolescentes, especialmente negros, visando criar uma política de primeira infância antirracista em diversos setores da sociedade.

Como colocar em prática

✓ Mapear as populações indígenas, quilombolas e periféricas com o apoio da comunidade local, identificando os pontos em comum entre raça e vulnerabilidade social

✓ Reconhecer as populações quilombolas como grupo que se identifica de maneira específica, em relação à população negra no geral

✓ Criar programas de acolhimento para crianças, gestantes e cuidadores vítimas de violência racial, em conjunto com diagnóstico de primeira infância e racismo estrutural nos serviços públicos

✓ Garantir o direito à segurança das crianças em territórios quilombolas, indígenas e de favelas, atravessados pela violência armada e pela grilagem de terras

✓ Proporcionar educação que inclua a dimensão étnico-racial, com aprendizagem em língua materna para crianças indígenas e elementos da história afrobrasileira e africana

✓ Acionar os mecanismos legais relacionados à equidade racial, como a Política Nacional de Atenção e Saúde de Povos Indígenas (PNASPI); o Programa Aquilomba Brasil; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica; a Educação Escolar Indígena; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A segurança pública passa por cuidar das crianças

Ação do Estado é fundamental para defender os direitos das crianças e prevenir os impactos negativos da violência para elas e para toda a sociedade

O que significa?

Proteger a vida e a integridade de crianças e adolescentes é um dever do Estado, conforme estabelecido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse direito será garantido não apenas pela **proteção** da criança, como também por medidas de prevenção à violência que afeta meninas e meninos.

Além da **violência física**, é preciso enfrentar os **maus-tratos psicológicos**, o **abuso sexual**, a **negligência** e a **violência institucional**, reforçando os fatores de proteção para as crianças, especialmente em situações de maior vulnerabilidade social.

A insegurança e a exposição à violência durante a primeira infância podem causar uma série de consequências negativas e traumas profundos, afetando desde a saúde e a socialização até a memória e a capacidade de aprendizagem das crianças.

A violência contra crianças no ambiente doméstico também potencializa a repetição do problema nas gerações seguintes, alimentando o chamado ciclo intergeracional da violência.

Por que é importante?

O Brasil é um país com cenário grave de violência, especialmente contra meninos e meninas. O Disque 100, canal de denúncias do governo federal, registra, em média, **um caso de violência contra crianças e adolescentes a cada dois minutos.**

Municípios comprometidos com a proteção integral da primeira infância devem ir além dos serviços básicos e utilizar toda a estrutura pública, capacitando agentes e criando protocolos de ação para identificar, prevenir e responder a abusos e violações.

Para isso, é fundamental o trabalho entre diferentes áreas, como o apoio de creches e pré-escolas na identificação de sinais de violência e fatores de risco, além de expandir os serviços de cuidado na atenção básica à saúde e na assistência social.

A redução da violência na sociedade passa pelo investimento em políticas para a primeira infância, diminuindo índices de criminalidade no futuro e a pressão por medidas compensatórias na área de segurança pública.

Indicadores



19% das denúncias de violência no Brasil, ou **uma em cada cinco**, são contra crianças de 0 a 6 anos

Fonte: Disque 100, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania Levantamento de janeiro a maio de 2024



84%

das violações contra crianças de 0 a 6 anos são cometidas por familiares



10,4%

das vítimas de estupro são bebês e crianças com idade entre 0 e 4 anos

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

De olhos nas desigualdades

67,1% das crianças de 0 a 11 anos vítimas de mortes violentas intencionais eram negras

67,1%



Os registros de maus-tratos são maiores para meninas dos 0 aos 9 anos

54%

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

Como colocar em prática

✓ Promover políticas públicas intersetoriais que abordem a violência contra crianças, com foco na integração de serviços

✓ Estimular formas positivas de prevenir a violência contra crianças, nas famílias e nas comunidades. O cuidado com as crianças é dever de todos

✓ Garantir a conservação dos espaços públicos para reduzir fatores de risco, como a falta de iluminação, e promover o fortalecimento da convivência comunitária

✓ Prover acesso a serviços de qualidade para atender crianças vítimas ou testemunhas de violência, por exemplo, capacitando profissionais para realizar o Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes na Segurança Pública, bem como a coleta, a guarda provisória e a preservação de material com vestígios de violência

Esta recomendação foi elaborada em parceria com a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência Contra Crianças e Adolescentes, uma rede formada por diversas organizações e fóruns para a prevenção e ao enfrentamento das diversas violências contra crianças e adolescentes no Brasil.

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO

*Explore os principais dados sobre
a primeira infância no Brasil*



O site **Primeira Infância Primeiro** (PIP) apresenta 40 indicadores, como mortalidade infantil, consultas de pré-natal e acesso à educação infantil, em cada um dos 5.570 municípios, nos 27 estados e na União

A plataforma também oferece ferramentas para auxiliar a análise de dados, além de recomendações e materiais de apoio para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à primeira infância

Acesse já: primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal